

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2002

DE 19/02/2002

S U M Á R I O

Artigo

TÍTULO I	
DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	1 °
 TÍTULO II	
REMESSA DE INFORMAÇÕES E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	2 °
 CAPÍTULO I	
DA REMESSA POR MEIOS MAGNÉTICOS, TRANSMISSÃO DE DADOS E FÍSICO.....	2 °
 Seção I	
Administração Municipal.....	8°
 Subseção I	
Contas Anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal.....	8°
 Subseção II	
Orçamentos, Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias.....	9°
 Subseção III	
Informações Mensais das Unidades Gestoras.....	10°
 Subseção IV	
Informações Anuais das Unidades Gestoras.....	13°
 TÍTULO III	
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS	16 °

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2002

Estabelece o sistema de remessa de informações por meios magnéticos (disquete ou CD-ROM), transmissão de dados (internet) e físico (papel), das unidades gestoras da Administração dos Municípios de Mato Grosso, pertinentes ao controle externo exercido pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, e dá outras providências.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais, tendo em vista o artigo 46 e seu parágrafo único da Constituição Estadual e o artigo 4º da Lei Complementar nº 11 de 18 de dezembro de 1991, RESOLVE:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Esta Instrução Normativa regula a remessa de informações e demonstrativos contábeis, **por meios magnéticos (disquete ou CD-ROM), transmissão de dados (internet) e físico (papel)**, a ser feita pelos gestores das unidades da Administração Pública Municipal, no âmbito municipal junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

TÍTULO II

REMESSA DE INFORMAÇÕES E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

CAPÍTULO I

DA REMESSA POR MEIOS MAGNÉTICOS, TRANSMISSÃO DE DADOS E FÍSICO

Art. 2º - A remessa de informações e demonstrativos contábeis ao Tribunal, pelos responsáveis pelas unidades gestoras, no âmbito dos Municípios, será feita por **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM), transmissão de dados (internet) ou físico (papel)**, com periodicidade mensal e anual, ressalvadas as exceções previstas nesta Instrução Normativa.

§ 1º - As informações e demonstrativos contábeis, quando enviados por **meios magnéticos** serão entregues ao Tribunal através de **“disquete”** ou **“CD-ROM”**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

§ 2º - As unidades gestoras que preferirem utilizar a remessa por **meio de transmissão de dados**, deverão utilizar a **Internet** para o procedimento de envio das informações e demonstrativos contábeis.

§ 3º - As unidades gestoras que utilizarem os **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM) ou transmissão de dados (internet)** estão **desobrigadas** de entregar as informações e demonstrativos contábeis em **meio físico (papel)**.

§ 4º - As unidades gestoras que utilizarem os **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM) ou transmissão de dados (internet)** deverão manter sob sua guarda, à disposição do controle externo, cópias das informações e demonstrativos contábeis em meio físico (papel), pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data da decisão definitiva pelo Tribunal Pleno.

§ 5º - As regras, procedimentos e tipos de dados sobre as informações e demonstrativos contábeis a serem remetidas ao Tribunal por **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM) e transmissão de dados (internet)** estão detalhadas nas instruções contidas no **“Manual de Orientação para Procedimentos Computacionais das Unidades Gestoras”**, parte integrante desta Instrução Normativa.

Art. 3º - As unidades gestoras da Administração Municipal, sujeitas ao controle externo do Tribunal de Contas, devem apresentar seu cadastro informatizado junto ao Tribunal dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar de **01/04/2002**, através de **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM) ou transmissão de dados (internet)**, observando as orientações constantes do **“Manual de Orientação para Procedimentos Computacionais das Unidades Gestoras”**, e juntando os seguintes documentos:

- I - Para os novos Municípios criados e instalados - lei orgânica do município e lei de criação;
- II - Para as autarquias e fundações - lei de criação e estatuto;
- III - Para as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas controladas - lei de criação, estatuto e regimento interno;
- IV - Para os fundos especiais e contábeis - lei de criação e decreto de regulamentação.

Parágrafo Único - As unidades gestoras remeterão ao Tribunal de Contas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aprovação por lei, decreto ou assembléia de acionistas, conforme o caso, por **meio físico (papel)**, as alterações ocorridas nas leis, decretos e regulamentos, referidos no “caput” deste artigo.

Art. 4º - As unidades gestoras das Administrações Municipais autorizarão as instituições financeiras com as quais operam, a procederem a **transmissão de dados (internet)** de todos os extratos de suas contas correntes e de aplicações que movimentam recursos públicos, do mês imediatamente anterior, dentro do prazo de até o dia 10 (dez) do mês subsequente, na forma do **“Modelo de Instrução para Autorização e Transmissão de Extratos Bancários”**, parte integrante do **“Manual de Orientação para Procedimentos Computacionais das Unidades Gestoras”**.-

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 5º - As unidades gestoras dos Municípios manterão a disposição do Tribunal de Contas, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data da decisão definitiva do Tribunal Pleno, toda a documentação comprobatória dos atos administrativos, financeiros e jurídicos praticados e apresentados por **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM), transmissão de dados (internet) ou físico (papel)**, a serem remetidos ao Tribunal sempre que solicitados.

Art. 6º - As informações e demonstrativos contábeis do mês de dezembro deverão incorporar os lançamentos de encerramento do exercício e as do mês de janeiro, incorporarão os lançamentos de abertura do exercício.

Art. 7º - O Tribunal de Contas, a qualquer tempo, poderá requisitar junto às unidades gestoras, quaisquer informações e demonstrativos contábeis que entender necessários à apreciação das contas, que serão remetidos por **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM), transmissão de dados (internet) ou físico (papel)**, conforme for solicitado.

SEÇÃO I – ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Subseção I – Contas Anuais do Prefeito e da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 8º - As contas anuais de gestão do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal de Vereadores serão remetidas ao Tribunal de Contas, por **meio físico (papel)**, no prazo estabelecido no § 1º do art. 209 da Constituição Estadual, devidamente acompanhadas dos documentos estabelecidos no Regimento Interno do Tribunal.

Subseção II – Orçamentos, Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias

Art. 9º - Para fins de acompanhamento da execução orçamentária, a Administração Municipal através do órgão competente, remeterá ao Tribunal de Contas no prazo estabelecido no Regimento Interno do Tribunal, por **meio físico (papel)**, as leis relativas aos :

- I - Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social;
- II - Plano Plurianual;
- III- Diretrizes Orçamentárias.

Subseção III – Informações Mensais das Unidades Gestoras

Art. 10- As Prefeituras, as Câmaras de Municipais de Vereadores, as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, os Fundos Municipais vinculados às unidades gestoras da Administração Municipal, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e suas controladas, do Poder Executivo Municipal, por seus titulares,

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

remeterão ao Tribunal de Contas no prazo estabelecido no Regimento Interno do Tribunal, por **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM), transmissão de dados (internet) ou físico (papel)**, as informações detalhadas no "**Manual de Orientação para Procedimentos Computacionais das Unidades Gestoras**".

Subseção IV – Informações Anuais das Unidades Gestoras

Art. 11- As Prefeituras, as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, os Fundos Especiais vinculados às unidades da Administração Municipal e as Câmaras de Municipais de Vereadores, por seus titulares, remeterão ao Tribunal de Contas até 30 (trinta) dias após o início de cada exercício financeiro, por **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM) ou de transmissão de dados (internet)**, as informações detalhadas no "**Manual de Orientação para Procedimentos Computacionais das Unidades Gestoras**".

Art. 12 - As Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e suas controladas da Administração Municipal, por seus titulares, remeterão ao Tribunal de Contas, até 10 de maio do ano subsequente, por **meio físico (papel)**, o Balanço Geral do exercício anterior, composto dos seguintes elementos:

- I - Demonstrações financeiras na forma estabelecida na Lei Federal nº 6.404 de 15/12/76, observadas as alterações posteriores e legislação pertinente;
- II - Pronunciamento do Conselho de Administração ou órgão equivalente, se existir;
- III - Parecer do Conselho Fiscal.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 13 - As unidades gestoras da Administração Municipal que, comprovadamente, se mostrarem impossibilitadas de procederem a remessa das informações e demonstrativos contábeis ao Tribunal por **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM) ou transmissão de dados (internet)**, poderão fazê-la através de **meio físico (papel)**.

Parágrafo Único - As unidades gestoras que utilizarem o meio físico (papel) para a remessa das informações e demonstrativos contábeis, deverão adequar-se aos meios magnéticos (disquete ou CD-ROM) ou transmissão de dados (internet) no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de publicação desta Instrução Normativa.

Art. 14 - O encaminhamento das informações e demonstrativos contábeis ao Tribunal, por **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM) ou físico (papel)**, far-se-á mediante expediente próprio da unidade de origem, com a indicação precisa do interessado e o assunto de que trata, devidamente subscrito pela autoridade competente, que se qualificará.

Art. 15 - As informações e demonstrativos contábeis, remetidos por **meios magnéticos (disquete ou CD-ROM) ou físico (papel)**, serão considerados recebidos pelo Tribunal quando

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

entregues em seu protocolo ou, quando encaminhados, no dia em que tiverem sido postados sob registros em repartição dos Correios, ou quando por **meio de transmissão de dados (internet)**, na data em que se efetivar a transmissão, mediante comprovante eletrônico de recebimento emitido pelo Tribunal de Contas.

Art. 16 - Fica aprovado o “**Manual de Orientação para Procedimentos Computacionais das Unidades Gestoras**” do “**Sistema de Auditoria de Contas Públicas**”, a que se refere a presente Instrução Normativa, constantes dos Anexos **01/2002 a 44/2002** da **4ª Parte do mesmo**.

Art. 17 - O “**Manual de Orientação para Procedimentos Computacionais das Unidades Gestoras**” do “**Sistema de Auditoria de Contas Públicas**” poderá ser alterado, quanto à sua forma e conteúdo, por ato da Presidência do Tribunal de Contas, procedendo-se a publicação das alterações no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Art. 18 – As informações e demonstrativos contábeis pertinentes ao exercício 2002, dos meses anteriores à esta Instrução Normativa, deverão ser produzidos na forma do **Art. 2º**, observado o **parágrafo único do Art. 13** desta.

Art. 19 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.